AGENDA **REGULATÓRIA E LEGISLATIVA**

Fonte: Dow

Pautas prioritárias para 2026:
Energia Elétrica e Gás Natural

ABRACE ENERGIA

Fonte: Ciplan

Energia é um dos principais vetores para o desenvolvimento econômico e um fator crucial de competitividade para a indústria brasileira. A conta de energia elétrica e gás natural afeta diretamente os custos de produção, e, portanto, a competitividade da indústria nacional.

As propostas contidas neste documento visam não apenas a melhoria da eficiência do setor elétrico e de gás natural, mas também a promoção da competitividade da indústria brasileira no cenário global. A ABRACE Energia pode atuar como facilitadora das discussões e implementação dessas iniciativas, garantindo que as necessidades dos consumidores sejam priorizadas. **O foco deve ser sempre na criação de um ambiente regulatório que favoreça a inovação, a sustentabilidade e a redução dos custos para todos os consumidores.**

Fonte: Suzano

AGENDA IMEDIATA

ENERGIA ELÉTRICA

A ABRACE entende que a pauta energética no ambiente Legislativo em 2026 deveria ser, principalmente, para “retirada das barreiras existentes”:

- Reavaliação do marco legal da Geração Distribuída (GD). Garantindo que a fonte participe dos efeitos comerciais e físicos do excesso de geração no Brasil
- Eliminar todas as contratações compulsórias que podem superar os 10.000 MW, com Carvão, Biomassa, Gás Natural e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)
- Garantir novas receitas vindas do Tesouro Nacional para Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e evitar a criação ou ampliação de novos subsídios
- Evitar retrocessos como a aprovação do PDL 365/2022 e de outros projetos que retirem autonomia das Agências

Na **pauta legislativa**, a prioridade, em 2026, deve ser um projeto de eletrificação e descarbonização para a indústria, tendo como pilares a Energia Elétrica, o Gás Natural e incentivos fiscais.

Na **agenda regulatória** o foco deve ser:

- Evolução nos sinais de preço e tarifas para todos os consumidores;
- Regulação dos cortes de geração e rateio dos efeitos físicos e comerciais;
- Aprimoramento no rateio do encargo de potência com foco no sinal econômico;
- Evoluir nas regras para acesso a rede de transmissão e distribuição;
- Aprimorar as regras de qualidade de energia elétrica;
- Participação ativa dos consumidores em programas de serviços ancilares (serviços que ajudam na qualidade e estabilidade da rede elétrica).

AGENDA IMEDIATA

GÁS NATURAL

Para o gás natural, 2026 deve consolidar a reestruturação do mercado definida pela Nova Lei do Gás, que completará cinco anos. Para isso, haverá definições importantes na agenda regulatória da ANP, bem como possíveis iniciativas legislativas e políticas do governo federal. Listamos abaixo os principais temas que a ABRACE Energia deve atuar para acelerar a competição no setor e a redução do custo final para os consumidores.

Gas Release

- O programa de desconcentração de comercialização de gás natural busca acelerar a concorrência no mercado, hoje concentrado na Petrobras
- Existe comando específico na Lei do Gás e consta na agenda regulatória da ANP para 2026
- Além disso, há iniciativas também no Congresso Nacional para acelerar sua implementação, como o PL 5802/2025 do deputado federal Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Comercialização gás da União

- A PPSA, empresa que realiza a gestão de óleo e gás da União, vende toda sua produção de gás natural na “boca do poço” para a Petrobras a preços módicos
- Um dos principais alicerces do Gás para Empregar é que a empresa venda diretamente seu gás para o mercado, preferencialmente via leilões
- Hoje a empresa não consegue realizar a operação devido à dificuldade em acessar o escoamento e processamento — ativos da Petrobras. Com o aumento do volume do gás da União, a questão torna-se urgente

Fonte: ADM

Acesso infraestruturas Petrobras

- Foco do decreto do Gás para Empregar (que alterou o decreto da Lei do Gás), o acesso ao escoamento e processamento continua a ser uma barreira para entrada de novos players no mercado de gás
- A ANP abriu consulta pública sobre o tema e deve emitir nova resolução sobre o tema em 2026 deputado federal Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Revisão tarifária de transporte

- O processo de revisão tarifária foi iniciado em 2025, quando foi colocado em consulta pública a proposta dos transportadores, que aumentava a tarifa em até 60%
- A ANP realizará uma série de consultas públicas nos próximos meses para definir tarifa de transporte para os próximos cinco anos

Tarifas de distribuição

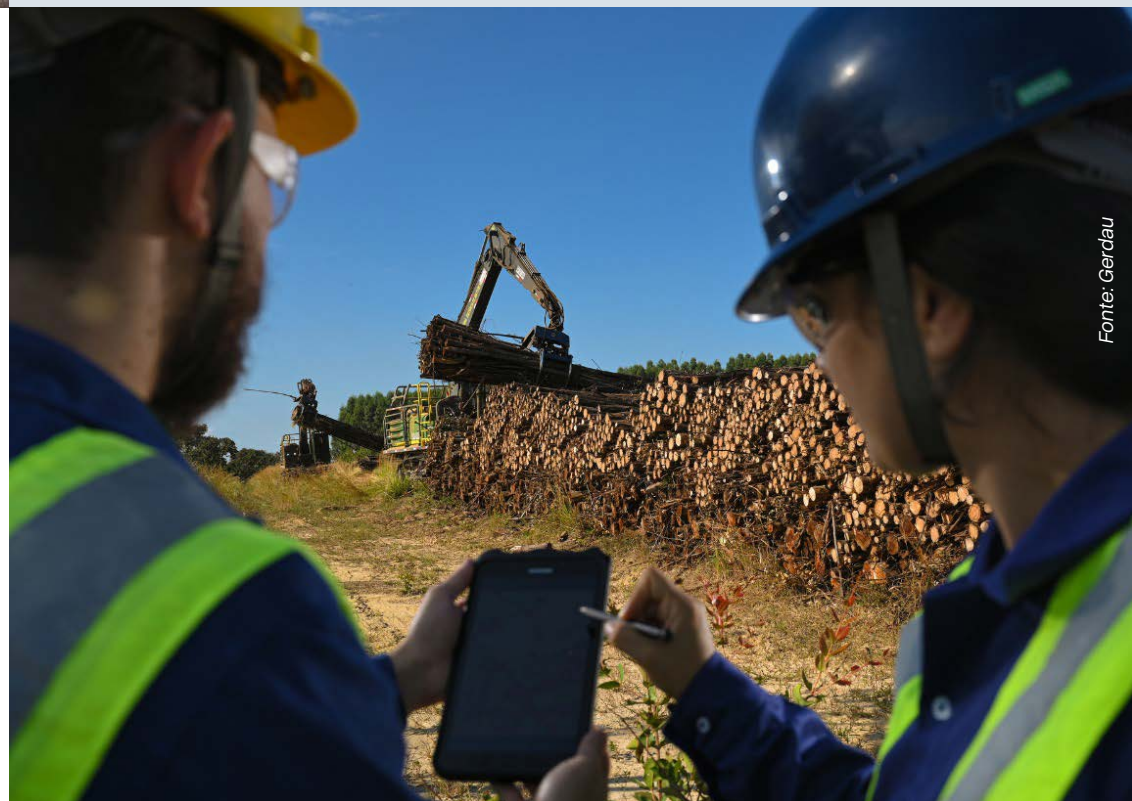
- As tarifas de distribuição são definidas pelas agências reguladoras estaduais. Há discrepância entre os ritos e regras seguidos por cada estado
- De forma geral, os últimos anos foram marcados por fortes aumentos nas tarifas de distribuição, ultrapassando 50% em alguns casos
- A ABRACE entende que a redução auferida nos outros elos tem efeito reduzido nesse cenário
- Em 2026 haverá discussão sobre tarifas em estados com relevante base industrial: RJ, MG, BA, RS

Fonte: Kinross

Energia limpa, barata e segura para o Brasil transformar sua sociedade numa sociedade menos desigual.

Conflito de competências: União x Estados

- De acordo com a Lei do Gás, a ANP deve definir critérios técnicos para caracterizar gasodutos de transporte (e de distribuição indiretamente)
- Foi aberta consulta pública em 2025 sobre o tema, alvo de crítica das distribuidoras
- Além disso, o segmento ingressou com uma ação de inconstitucionalidade do artigo da lei no STF
- A ABRACE avalia de perto o tema, pois entende importante que o planejamento de gasodutos (transporte e distribuição) busque a eficiência e não a concorrência entre os dois elos


Fonte: Gerdau

ABRACE
ENERGIA

www.abrace.org.br